

Telejornalismo e sociedade: a construção de uma “cultura das drogas”

Televisionism and society: Building a “drug culture”

Simone Maria Rocha

Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha, Sala 4234, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. rochasimonemaria@gmail.com

Livia Fernandes Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha, Sala 4234, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. liviafoli@yahoo.com.br

Resumo. Partindo de uma aproximação à dimensão antropológica da cultura, essa proposta visa aprofundar o complexo fenômeno do conjunto das drogas ilícitas – sua produção, circulação, consumo e tráfico – a partir de uma visada cultural que nos auxilie a captar e compreender tal temática para além do seu tratamento enquanto um tema policial e raramente como um fenômeno econômico, social e cultural altamente complexo. Adotar tal perspectiva nos ajuda a compreender porque esse fenômeno, relevante e presente em nossa realidade, é encarado e debatido de forma superficial ou restrita. Uma abordagem sob a ótica cultural envolve encarar sua ideologia, seus ícones, seus valores e sentidos construídos que alimentam uma verdadeira cultura em amplas camadas sociais. Nossa hipótese nos leva a indagar em que medida identificar e entender certas narrativas que relatam e problematizam esse fenômeno tem por fundamento uma “cultura da droga”, que privilegia os aspectos mencionados e negligencia tantos outros fundamentais para o alargamento da questão. Para tanto, propomos abordar tal problemática através da análise de um produto televisivo específico – “Crack” - uma série de reportagem veiculada no Jornal Nacional (TV Globo) em maio de 2013, a fim de visualizar o quanto a cobertura do tema do consumo e demais aspectos reforçam a hipótese elaborada.

Palavras-chave: telejornalismo, série de reportagem, cultura das drogas.

Abstract. Starting with an approach to the anthropological dimension of culture, this proposal aims at deepening the complex phenomenon of the set of illicit drugs – production, circulation, consumption and trafficking – from a cultural view that helps us to grasp and understand this theme beyond its treatment as a police theme and rarely as an economic, social, and cultural phenomenon highly intricate. Adopting this perspective helps us understand why this phenomenon, which is relevant and present in our reality, is faced and discussed in a superficially or restricted way. An approach from a cultural perspective involves facing its ideology, its icons, its constructed values and meanings that feed a real culture in broad social layers. Our hypothesis leads us to identify and understand in what manners certain narratives that report and problematize this phenomenon are based on a “drug culture” that favors the mentioned aspects and neglects many other that are fundamental for the enlargement of the question. In order to achieve this proposal, we intend to discuss this matter by analyzing a specific television product – “Crack” – a telejournalism broadcasted by the Jornal Nacional (TV Globo) in May 2013 in order to see how the media treatment on the consumption and other elements reinforce the hypothesis elaborated.

Keywords: telejournalism, telejournalism series, drug culture.

Introdução: a relevância cultural da televisão

Para Jesús Martín-Barbero e Germán Rey (2001), a televisão se tornou um meio de enxergar o mundo em nossa sociedade contemporânea e adquiriu um poder sobre o imaginário das pessoas. Vera França também aborda a relação entre televisão e vida social e recorre ao conceito de homeostase para descrever as relações entre a televisão e a sociedade, que, segundo a autora, são “relações de mútua afetação, configurando um quadro sistêmico, marcado por equilíbrios e desequilíbrios, estímulos (positivos e negativos), levando sempre ao reposicionamento das partes na composição do todo” (França, 2009, p. 49). Para Roger Silverstone (1994), a televisão está presente nas ações diárias mais íntimas dos indivíduos e seu discurso está inserido nos diversos discursos da vida cotidiana. Por isso, faz-se necessário conceber “este meio como algo más que una mera fuente de influencia, simplemente benéfica o maléfica” (Silverstone, 1994, p. 12). Deve-se olhar para ele como uma forma social complexa, dotada de dimensões políticas, econômicas, sociais e psicológicas, capaz de configurar a realidade e ser configurada por ela.

La televisión nos acompaña cuando nos levantamos, tomamos el desayuno, bebemos un té o vamos a um bar. Nos reconforta cuando estamos solos. Nos ayuda a dormir. Nos brinda placer, nos aburre y a veces nos cuestiona. Nos da la oportunidad de ser sociables y también solitarios (Silverstone, 1994, p. 19).

A integração da TV em nossas vidas é fortalecida por suas diversas significações e por aquilo que estas nos possibilitam experimentar. A televisão atua na experiência da realidade social brasileira e mundial por meio de suas representações. São sentidos, valores, significações e preconceitos configurados pelos discursos erigindo relações de poder. Em frente à tela, perturbamo-nos e nos emocionamos. Obtemos informação e, não obstante, nos vemos desinformados por dados errados ou por uma excessiva parcialidade. Por esses motivos e também por “tratarse de una institución esencial del Estado moderno: esa integración es total y es fundamental” (Silverstone, 1994, p. 20).

“A TV brasileira tem se apresentado como uma instância da cultura que deseja oferecer mais do que informação, lazer e entretenimento” (Fischer, 2006, p. 18). Ela é, enquanto ele-

mento de uma cultura, responsável por uma rica troca de significados. Existe entre ela e seus telespectadores uma interação na qual estes recebem, interpretam e apreendem as variadas mensagens expostas pelo meio, resignificando-as na construção de uma identidade individual e coletiva, nos processos de apreensão do mundo, no entendimento e na prática de quadros de relevância socialmente compartilhados.

Dentre os estudos que se voltam para a importância cultural da televisão (França, 2009; Freire Filho, 2006; Martín-Barbero, 2006; Rocha, 2013; Gomes, 2011; Carlón, 2012; Scolari, 2011; etc), um ponto nos pareceu pacífico: ela tornou-se uma janela para ver o mundo, uma mídia que coopta e difunde elementos culturais de uma determinada sociedade. Para Patrick Charaudeau (2010, p. 223), a televisão é como “um espelho que devolve ao público aquilo que é a sua própria busca de descoberta de mundo”. Disso se depreende que, atualmente, não se pode entender a sociedade brasileira sem considerar a televisão como questão fundamental.

Grande parte desses estudos sugerem que os produtos televisivos são um dos lugares importantes nos quais os sentidos são produzidos e os processos políticos são articulados, e cabe a nós, estudiosos do meio, engajarmos-nos detidamente nessas práticas para entender como os textos são codificados, tanto cultural como formalmente.

Um dos mais destacados produtos televisivos que ocupa centralidade na sociedade brasileira como meio de informação é o telejornalismo. Esse gênero televisivo é visto aqui como uma construção social, marcada por aspectos históricos, tecnológicos, políticos, econômicos e culturais (Becker e Bustamante, 2009; Coutinho, 2012). No caso de nossa sociedade, a função precípua do telejornalismo é a de tornar a informação publicamente disponível através das várias organizações jornalísticas.

Em nossa concepção, a notícia é uma construção, uma narrativa, e não uma representação “fiel” da realidade. Os telejornais, segundo Becker e Bustamante (2009), fornecem janelas cruciais e laboratórios de pesquisa para a compreensão de determinada sociedade, são representações que contribuem na construção da realidade, pois funcionam como um meio, no qual identidades sociais e nacionais são expressas e constituídas. O jornalismo televisivo seria um lugar de mediação, que não apenas transmite, mas prepara e visa apresentar e

interpretar uma realidade social construída a partir das regras do campo jornalístico, que, como resultado, organiza o cotidiano e torna mais acessível o entorno que nos cerca (Vizeu, 2009, p. 77).

Essas representações são consideradas essenciais nos sistemas democráticos, pois permitiriam aos indivíduos apreender melhor a sua realidade e obter informações que os permitiriam se autogovernarem e se tornarem capazes de compreender melhor seus direitos e deveres na vida em sociedade (Kovach e Rosenstiel, 2005). No entanto, uma das críticas mais feitas aos noticiários televisivos é a sua superficialidade, pois cada vez mais as notícias são marcadas por brevidade, sensacionalismo, personalidades e entretenimento (Gomes, 2011; Shaw, 2003).

Na tentativa de ir na contramão dessa tendência, os principais telejornais brasileiros passaram a investir em um subgênero: as séries de reportagens. Essas são reportagens especiais apresentadas em capítulos ao longo da semana de um telejornal. Segundo Coutinho (2008, p. 4), “este tipo de material jornalístico se aproximaria de uma espécie de novela informativa, em que cada capítulo possibilitaria o aprofundamento de um tema ou aspecto da realidade retratado na TV”. A serialização das reportagens permitiria ao telespectador ter uma visão ampliada dos assuntos abordados, uma vez que estas são apresentadas durante toda uma semana sobre uma mesma temática, com duração média de três a seis minutos diários (Rocha *et al.*, 2008). Dessa forma, ao telespectador seriam oferecidas informações de forma aprofundada e contextualizada, com a possibilidade de apreender diferentes pontos de vista sobre uma mesma temática, permitindo ao público o exercício de síntese e interpretação da realidade compartilhada via telinha.

É com base nesses apontamentos sobre o lugar e a relevância da televisão em nossa sociedade que este texto se propõe a uma investigação acerca do tratamento de um tema polêmico e delicado – a questão das drogas – por um dos principais telejornais do país, o *Jornal Nacional* (Rede Globo, 1969-2014). Interessa-nos, de modo específico, compreender como um sub-gênero desse telejornal – a série especial de reportagens – oferece uma narrativa, um modo de ver o problema do *crack* no

Brasil a partir de um de seus aspectos: o consumo da droga. Em que medida essa narrativa nos mostra o lugar e o problema sob o ponto de vista de quem consome? Qual é a posição oferecida ao consumidor/usuário? Quem são os agentes envolvidos nessa questão? O que e como as imagens nos dão a ver esse problema? Em suma: quais são os valores e os sentidos figurados pela reportagem e o que eles podem nos dizer acerca dos valores e sentidos socialmente compartilhados e do regime do visível que define certo tipo de visibilidade?¹

Visual studies – apontamentos para uma leitura crítica da televisão

Lidar metodologicamente com produtos televisivos tem se mostrado uma tarefa complexa, em virtude das características do dispositivo – incluindo aí suas condições de produção e recepção, sua dimensão audiovisual e, no caso do telejornalismo, seu compromisso com a realidade. Isso exige que busquemos algum percurso que leve em conta tal complexidade. Encontramos nos *visual studies* uma possibilidade promissora de proceder a uma leitura crítica das mensagens televisivas, reconhecendo, primeiro, as suas características narrativas, as temáticas, os ritmos, os estilos e os elementos estéticos que contribuem para construir os sentidos, bem como a necessidade de fazer tais elementos “encontrarem” com uma interpretação que os dote de sentidos culturais e sociais compartilhados. O campo dos *visual studies* e de seu objeto, a cultura visual, deixa-nos ver que não podemos nos contentar com a definição de seu objeto como a “construção social do campo visual”, mas que devemos, também, explorar a reversão dessa proposição, a construção visual do campo social.

Assim como W.J.T. Mitchell (2005), operamos como a noção de *picture*, que, em seu sentido mais amplo, refere-se a toda situação na qual uma imagem faz a sua aparição. Ela envolve um conjunto complexo de elementos virtuais, materiais e simbólicos, e uma situação de contemplação, que precisam ser abordadas enquanto tais. É o conceito de visibilidade que nos parece ganhar densidade nessa perspectiva. Nesse sentido, inspirados pelas proposições do autor, interessa-nos partir do conceito de (tele)visibilidades na medida em

¹ Esse texto faz parte de uma pesquisa ampliada que tem buscado avaliar como diferentes séries de reportagens têm trabalhado a temática da droga no telejornalismo brasileiro.

que ele nos ajuda a perceber que o texto televisivo possui propriedades técnicas e culturais que conformam um certo modo de tornar visíveis os fenômenos que representa. É por isso que o autor sugere que, antes de se envolver com questões de significado, o investigador deve compreender, ainda que em um sentido figurado, que as *pictures* precisam ser vistas como seres animados que podem ter a pretensão de dizer algo. Esse afastamento das questões do significado e do poder não significa um abandono dos procedimentos da semiótica, da hermenêutica e da retórica. A questão do que as *pictures* querem não elimina a interpretação dos signos. O que acontece é um deslocamento sutil do alvo de interpretação para conferir às imagens um lugar “intermediário” em transações sociais, como um repertório ou uma espécie de modelos que diz muito de nossa dinâmica social.

Os estudos visuais congregam a história da arte, a teoria literária, os estudos culturais e, acrescentaríamos, também, alguma contribuição da antropologia visual, no sentido de que uma investigação cultural que envolva a dimensão imagética de um produto simbólico pode nos dar a conhecer os sentidos culturais que inspiraram sua produção. Assim, em nosso trabalho, buscamos observar como as imagens nos permitem perceber apontamentos feitos pelo produto televisivo sobre a visibilidade que envolve a questão da droga.

Da cultura como sentidos e valores compartilhados

Entender a televisão como uma prática cultural e destacar seu lugar relevante em uma determinada realidade implica partir de alguma definição de cultura que sustente nossa reflexão sobre a televisão como um lugar de troca de significados. Contudo, definir o conceito de cultura é uma tarefa complexa que vem sendo realizada por muitos estudiosos e tradições. Dentre a multiplicidade do conceito, adotamos como referência aquele que a entende como todo um modo de vida que caracteriza uma coletividade. Nessa acepção, a cultura é definida como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais. Ela se produz “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, como ressalta Isaura Botelho (2001, p. 2).

Duas referências são relevantes aqui. A primeira parte da análise de Raymond Williams (1994), para quem era preciso estabelecer a interligação entre cultura e vida social, o que conduzia a pensá-la enquanto um sistema vivido de significados e valores, que, ao serem vivenciados como práticas, pode confirmar-se reciprocamente. Williams (1994) percebe as alterações sociais de seu tempo, o segundo pós-guerra, e propõe uma mudança semântica da palavra cultura, que estaria essencialmente ligada à realidade. Seu projeto intelectual acreditava na inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos, além da possibilidade de transformações sociais. “Definir cultura é pronunciar-se sobre o significado de um modo de vida” (Cevasco, 2003, p. 23).

A segunda importante referência advém da antropologia, tal como proposta por Clifford Geertz, que assevera ser a cultura formada por teias de significados tecidas pelo homem e que são atribuídos às suas ações e a si próprios. Nesse sentido, a tarefa do antropólogo ultrapassa, e muito, a mera descrição dos fatos que observa para incluir seu registro, análise e interpretação, com vistas a captar os significados aí contidos. Para Geertz, sendo a cultura um conjunto de textos, a questão que se coloca ao analista é a da “semântica social”, no sentido da busca de “produtos imaginativos construídos de material social” (1978, p. 449). Assim, esclarece o autor:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (Geertz, 1978, p. 15).

As duas referências são importantes porque, enquanto uma atenta para a cultura enquanto prática, a outra o faz para a cultura enquanto texto. Elas são complementares e nos ajudam a pensar na complexidade do produto televisivo enquanto prática e texto. Pois, se, por um lado, os processos comunicativos estão inseridos no processo cultural mais amplo; por outro, a cultura não pode ser compreendida sem referência às práticas sociais dos indivíduos. Jesús Martín-Barbero destaca que as mensagens de massa só têm pertinência quando reelaboradas pela cultura popular, ou seja, é dentro da cultura popular que os conteúdos de massa são apropriados,

interpretados e ganham sentido. Dessa forma, seu estudo gera um deslocamento da cultura do âmbito da ideologia, da sua mera reprodução, para o campo dos processos constitutivos e transformadores do social.

Análise da série “Crack” – centralidade no consumo

A série “Crack” foi veiculada no Jornal Nacional, nos dias 20 a 24 de maio de 2013, e contém quatro episódios, com média de 4 minutos de duração cada. No primeiro capítulo, o jornalista William Bonner apresenta o objetivo da série: “Nessa semana, o Jornal Nacional vai exibir uma série de reportagens especiais sobre uma praga, que se espalha no Brasil inteiro, o consumo de *crack*”. É a outra apresentadora, Patrícia Poeta, complementa: Depois de um mês de viagens pelo Brasil, os repórteres Bette Lucchese, Mahomed Saigg, Leandro Cordeiro e André Maciel comprovaram uma suspeita: “Não existe mais área livre do *crack* em nosso país. A droga capaz de viciar em oito segundos chegou a comunidades que pareciam estar a salvo”.

Assim, o noticiário, já na introdução da série, apresenta que essa é uma reportagem diferenciada, especial, no qual uma equipe de cinco repórteres viajou pelo país na tentativa de mostrar como o *crack* se espalhou até mesmo para lugares considerados remotos no Brasil, construindo uma visão de que o *crack* é uma praga, uma substância sem fronteiras no território nacional.

Para constituir tal relato, o primeiro capítulo apresenta como a droga chegou às aldeias indígenas no norte do Brasil. No capítulo seguinte, a série se foca na área rural, mostrando que a droga faz vítimas entre os trabalhadores nas lavouras de Mato Grosso do Sul. No terceiro episódio, o telejornal mostra os efeitos dessa praga entre os garimpeiros no sertão baiano. Finalizando a série, o destaque é para o que pensam os especialistas que trabalham na área de combate ao *crack* e as medidas adotadas pelo Governo Federal.

Depois de assistir a série a partir da perspectiva proposta pelo *visual studies*, partindo de uma apreensão das *pictures* enquanto elementos que podem nos sugerir regimes de visibilidade que conformam certos modos de tornar os fenômenos visíveis, decidimos analisar a série a partir dos quatro aspectos no qual a temática é ancorada ao longo das quatro reportagens: a centralidade, o cenário e as razões

do consumo da droga; a posição do usuário na problemática do *crack* no Brasil; a relação econômica que envolve o consumo e o tráfico de drogas; e a presença do Estado – como este atua diante da “praga” que se espalhou no país. Selecionamos trechos dessas reportagens que nos permitem observar como a questão da droga é construída nesse relato televisivo.

Centralidade, o cenário e as razões do consumo

A primeira frase da cabeça inicial da série já apresenta o tom por meio do qual a questão será tratada. Quando o apresentador William Bonner afirma que a série é sobre uma praga que se espalha em todo o país, o ponto de vista da temática ganha evidência: “o consumo de *crack*”. Indicando que o Jornal já teria tratado do assunto anteriormente, quando abordou as “cracolândias” e constatou que o problema atinge “viciados” de todas as classes, a reportagem dessa vez serviu para comprovar uma suspeita: “não existe mais área livre do *crack* no nosso país”. A reportagem enfatiza que o Brasil é o maior mercado consumidor de *crack* do mundo. Segundo pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de São Paulo, 01 em 95 brasileiros já experimentou a droga.

O foco do consumo é evidenciado no primeiro capítulo, que começa falando dos efeitos que o *crack* causa nos dependentes e dos conflitos travados entre eles, que, sob o efeito da droga, se dividem em gangues e travam verdadeiros duelos, que podem resultar em mortes. Em todas as cenas em que o consumo é filmado, isso foi feito por cinegrafista amador ou câmera escondida. A tônica da reportagem nos diz do consumo como um problema a ser resolvido, desde que enfrentado seriamente pelas autoridades.

Os cenários dos consumos também dão conta de uma invisibilidade da prática. O primeiro cenário do uso mostra imagens noturnas, feitas por um cinegrafista amador, de jovens perambulando pelas ruas de Tabatinga com rostos cobertos, pedras e outros objetos em mãos que são usados para atacarem uns aos outros. As imagens são turvas, com baixa luminosidade, sendo impossível identificar os sujeitos filmados. O segundo cenário é de uma construção abandonada em que usuários de *crack* aparecem fumando cachimbos com os rostos sob efeito de embaçamento. O terceiro cenário localiza um usuário, também com o

rosto embaçado, no meio de uma lavoura de laranja. O quarto nos leva para túneis subterrâneos de um garimpo no interior da Bahia, que, pela própria arquitetura do local, aparece pouco iluminado e como um lugar de risco potencializado pelo uso do *crack*, pois a droga é consumida dentro das minas.

Os usuários nunca aparecem em um cenário de tratamento ou sendo abordados por um agente público, em situações dignas e respeitáveis. Suas aparições diante das câmeras seguem certo “padrão de visibilidade” que nos leva a perceber que a escolha pelos “cenários de consumo” locais filmados à noite, imagens turvas e escurecidas, localidades marginais, rostos encobertos ou embaçados pelo efeito da câmera fazem sugerir que o uso da droga é algo marginal, cometido na marginalidade e por sujeitos à margem da sociedade.

Dentre as razões apresentadas para o consumo, um delegado da polícia federal assim explica: “primeiro, a facilidade de acesso, nós estamos do lado dos maiores fornecedores; segundo, o baixo custo, então, isso sim, aliado a uma miséria cultural por parte da população, faz com que o acesso a esse tipo de droga seja procurado e seja facilitado pelo fornecedor”. Os traficantes entregam a droga em lugares longínquos, zonas rurais, garimpo, quilombos. Essa tônica da questão aparece novamente quando outro agente oficial centra o problema no consumo como opção, quando, na verdade, o usuário deveria ser obrigado à abstinência, pois seu consumo alimentaria uma cadeia de criminalidade. A reportagem reforça que a facilidade do acesso está no centro do problema do consumo. A narrativa não problematiza a clandestinidade que alimenta o mercado e cria espaços de delinquência, ligados ao tráfico, enquanto parte intrínseca do desafio a ser enfrentado.

A posição do usuário

As cenas em que aparecem consumidores de droga os traz sempre sob o “efeito desfoque” no rosto, filmados à distância, ou enquadrados em partes de seu corpo, caminhando de costas ou com voz distorcida. São apresentados como jovens sem futuro. O primeiro usuário a quem é dada a voz não tem nome e surge sob a sombra escura, o que não permite que o telespectador o identifique nem o reconheça. Esse usuário é apresentado como um problema para sua família: ele rouba utensílios de casa, abandona a família, troca o lar

pelas “cracolândias”, não quer trabalhar mais com o pai, torna-se uma pessoa agressiva, que traz em seu corpo as marcas da “guerra”. Ele é um sujeito frágil, que se ilude com o uso do *crack* como algo que poderia fortalecê-lo para enfrentar o trabalho duro; e que se desemprega porque não consegue abandonar o vício. Ele é apresentado como um sujeito que perde tudo: dinheiro, família, dignidade. Quando morre no garimpo, ele sequer ganha um enterro digno, segundo um garimpeiro: “A overdose lá é tanta que não tem nem enterro. Em garimpo, não há enterro. Fica por lá mesmo” (Figuras 1 e 2).

O usuário é, ao longo da série, posicionado como criminoso, pois seu uso é apresentado como parte de uma cadeia de criminalidade. Se o consumo precisa ser visto como um problema, não o seria pela vida que se perde, pela saúde que se compromete, mas pela posição que ele ocupa na cadeia da criminalidade. É a ela que se tem que combater. Segundo Sérgio



Figura 1. Cenas noturnas dos conflitos entre usuários (JN, 20/05/13).

Figure 1. Night scenes of conflicts between users (JN, 05/20/13).



Figura 2. Cena com desfoque no rosto do usuário durante o consumo (JN, 21/05/13).

Figure 2. Scene with blur on the user’s face during consumption (JN, 05/21/13).

Harfouche, presidente do Conselho Estadual Anti-Drogas/MS, e que é entrevistado no seu local de trabalho, o consumo não pode ser uma alternativa: “eu não posso mais lidar com o usuário como se ele tivesse a opção do uso, uma vez que ele, após o consumo, alimenta toda uma cadeia de criminalidade, aumentando cada vez mais a proliferação consumo. Então, o consumo de drogas no Brasil não pode ser uma opção, o usuário precisa ser levado à abstinência, queira ou não”.

A reportagem também mostra o usuário como alguém que precisa de ajuda e sofre abandono: “se ninguém não me ajudar, eu vou até morrer desse jeito”, fala de um jovem do campo ajudado pela avó a se livrar da droga. Seu único direito apresentado é o de ter vontade para se tratar. “Como é que se para uma dependência se não tiver o mínimo de adesão da pessoa, o mínimo de desejo?”, fala um especialista. Essa autonomia do usuário em querer se tratar não é reforçada pelas imagens da série. Tanto eles quanto seus familiares não têm rosto, nome, profissão. Suas aparições em cena acontecem, em sua maioria, em situações de uso, de violência. É a total invisibilidade. São figuras do anonimato. Mesmo em uma reportagem que aborda o consumo, os usuários não aparecem como personagens centrais dessa narrativa. São corpos fragmentados, sem luz (Figura 3).

A narrativa mostra, investe e alimenta a “retórica proibicionista”, na qual “o debate público entre nós ainda se pauta pela estreiteza proibicionista, que repudia e criminaliza o uso e o comércio de determinadas substâncias” (Simões, 2008, p. 15). Daí uma visibilidade que enfoca usuários marginalizados e agentes repressivos e proibitivos. Ademais, o

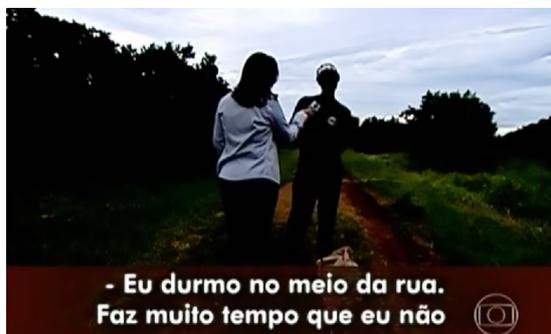


Figura 3. Usuário dando entrevista contra o sol (JN, 21/05/2013).

Figure 3. User giving the interview against the light (JN, 21/05/2013).

foco restrito na coibição acaba por produzir cenários que contribuem para o crescimento do valor simbólico da droga e, “dessa maneira, pode conduzir justamente ao estreitamento e à intensificação do foco de interesse e atenção dos consumidores, afora lhes aumentar a exposição a sérios riscos pelo envolvimento com o mundo do crime” (Grund, 1993 in Simões, 2008, p. 16).

O consumo e sua relação com a economia

O consumo de droga também é apontado nas reportagens como um problema de entrave econômico. Segundo a série, o avanço das drogas nas aldeias indígenas tem prejudicado uma das principais atividades econômicas da tribo Ticuna: o comércio de peixes. Muitas reservas, construídas especialmente para a criação de espécies que poderiam ser vendidas por preços mais altos no mercado, sofrem prejuízos em virtude do consumo de drogas: os índios roubam os peixes para sustentarem seu vício.

No caso das lavouras de cana no Mato Grosso do Sul, a droga muitas vezes é consumida no horário de trabalho, e seu controle, por parte do capataz, é dificultado pela agressividade que acomete seu usuário. Nem mesmo as pequenas lavouras de agricultura familiar escapam dos prejuízos, pois os pais não podem mais contar com a ajuda dos filhos, que desaparecem por semanas. No garimpo, a situação não é diferente. O depoimento de um usuário nos esclarece que a droga era adquirida e consumida dentro da mina. “No garimpo, a droga vira moeda, há quem troque uma pedra preciosa por uma pedra de crack”, constata a repórter Bette Lucchese.

Segundo o capataz da lavoura no Mato Grosso do Sul, empregar jovens se tornou um desafio para quem investe no campo: “eu tô tendo muito trabalho para ter funcionário que não seja usuário”.

A escolha pela narrativa na qual o usuário entra no mundo do crime para sustentar seu vício não leva em conta o outro lado do tráfico, no qual o jovem não enriquece a si próprio, pelo contrário, ele também é vítima de um sistema no qual outros personagens se enriquecem e saem impunes desse grande negócio da droga: os receptores de produtos roubados, os traficantes de armas, policiais corruptos e os traficantes por atacado (Zaluar, 2004, p. 34). Pois o tráfico de drogas é uma economia alta-

mente rendosa, mas para atores que não aparecem na reportagem: empresários, fazendeiros, negociantes e banqueiros que comandam o investimento, a produção e a lavagem de dinheiro. Entender como esse comércio que gera lucro para ricos negociantes se enraiza em um setor informal comandado por um exército de empregados menores é fundamental para entender a problemática da droga no Brasil (2004, p. 59).

Para Alba Zaluar, essas narrativas que se focam na criminalização dos usuários (Figura 4) criam na população um medo indeterminado e um preconceito no qual a tendência é demonizar os dependentes de drogas, considerando-os como a fonte de todo o mal, e, em consequência, facilita o isolamento social e dificulta inclusive o acesso destes ao tratamento médico (Zaluar, 2004, p. 35).

Novamente, na série, os depoentes, inclusive familiares, não têm seus rostos revelados. Aparecem na sombra, contra o sol, em um regime de visibilidade no qual a invisibilidade faz parte.

A presença do Estado

Qual é o lugar do Estado nessa problemática? A série também torna visível o lugar do Estado no tratamento da temática. De alguma forma, ele aparece como agente envolvido e responsável, na condição de gestor das políticas que lidam com o problema. Contudo, essa aparição adquire certa ênfase. A primeira delas traz Gustavo Pivoto, delegado da polícia federal, enquadrado em primeiro plano, ou seja, aquele comumente adotado para enquadrar as figuras de autoridade, que sustentam alguma ênfase argumentativa, alegando que



Figura 4. Usuário algemado em uma delegacia (JN, 24/05/2013).

Figure 4. User handcuffed in a police station (JN, 24/05/2013).

uma das causas do problema está na facilidade do acesso com que os usuários adquirem o *crack*. Quando a reportagem enquadra no mesmo primeiro plano, Maria Augusta Assirati, diretora de promoção do desenvolvimento social sustentável da FUNAI, a ênfase de seu argumento está na incapacidade de esse órgão, sozinho, “superar este problema de forma rápida”. Ela remete essa incapacidade tanto a questões de atribuição da FUNAI quanto a necessidade de buscar parcerias no estabelecimento “de uma rede integrada de prevenção, de atenção e cuidado de um paciente indígena que esteja inserido no contexto do uso de *crack*, álcool ou outras drogas”. Mas a reportagem não dá detalhes de como essa rede está sendo construída e quais são as atividades efetivamente empreendidas.

A ênfase na incapacidade/negligência de organização e ação do Estado também é enfatizada na fala de Sérgio Harfouche, presidente do Conselho Estadual Anti-Drogas/MS, “o governo federal demorou muito tempo para reconhecer a situação de que hoje já é uma pandemia. Ou nós enfrentamos a questão do consumo e do tráfico de drogas com seriedade no país, ou então nós vamos viver o caos que já se apresenta como agora – até a zona rural, índios, quilombolas já estão à mercê do tráfico de drogas”.

A série evidencia outro aspecto da incapacidade do Estado, a dificuldade nas ações policiais. A primeira dificuldade diz da estrutura disponível para o trabalho da polícia: uma única delegacia para atuar em uma região de 7.258 km, o que corresponde a 66.616 habitantes, no Norte Estado da Bahia. A outra dificuldade é a de “dar flagrantes”, como esclarece Felipe Neri, coordenador regional da polícia civil/BA: “eles estão fazendo a distribuição por vários imóveis, para que seja uma quantidade pequena, se for pego [...] o que dificulta o trabalho policial, dificulta o trabalho do próprio ministério público, da própria justiça, em conseguir uma prova mais consistente, para configurar o tráfico”.

Segundo Juliana Gutmann (2012, p. 65), os enquadramentos em um telejornal são dispositivos de linguagens audiovisuais capazes de produzir efeitos de sentidos e evidenciar valores discursivos do jornalismo. O primeiro plano no telejornalismo se apresenta assim como um dispositivo de proximidade e ênfase argumentativa, convocando a audiência para um sentido de cumplicidade com o que está sendo dito, evidenciando expressões argumentativas próprias das conversas cotidianas, de olho no

olho. Na série “*Crack*”, todos os agentes do Estado são apresentados nessa posição/situação de autoridade: suas aparições são em primeiro plano, caracteres no vídeo exibem seus nomes e funções, as entrevistas são realizadas em seus escritórios/gabinetes, o vestuário é formal. Essas expressões constroem um sentido de autoridade, uma ênfase argumentativa, que é usada para destacar a incapacidade do Governo em trabalhar de forma ativa e competente diante da droga, que tem se alastrado pelo país – palavras como pandemia, amadorismo, dificuldade, problema e caos são ditas pelos representantes do estado sempre enquadrados em primeiro plano nas reportagens (Figuras 5 e 6).

A fala de Regina Miki, secretária nacional de segurança pública, afirma que “a política de encarceramento dos usuários não deu certo. Nós deixamos de entender que isso é um problema só de segurança pública e passamos



Figura 5. Delegado em primeiro plano (JN, 24/05/2013).

Figure 5. Delegate framed in closeup (JN, 24/05/2013).



Figura 6. Diretora da Funai em primeiro plano (JN, 24/05/2013).

Figure 6. Director of Funai framed in close-up (JN, 24/05/2013).

a entender que é um problema de saúde pública que afeta a segurança pública [...]. É um programa que tem muita capacitação a ser feita. Porque nós temos que ter agentes de saúde, os agentes de assistência, os agentes de segurança trabalhando em conjunto no mesmo local...”. Enquanto ela faz suas declarações, as imagens que são mostradas continuam focando nos usuários no momento do uso, dispersos, vagando pelas ruas vazias das cidades.

A ênfase na importância das políticas públicas para o tratamento da dependência, para a questão do consumo do ponto de vista da saúde do usuário foi dada por Paulo Amarante, pesquisador da FIOCRUZ. Para ele, é importante tanto um mínimo de adesão do dependente quanto a constituição de uma política regular de Estado, permanente, planejada, dotada de recursos.

Para reforçar essa posição do Estado como incapaz de enfrentar o problema, Ronaldo Laranjeira, diretor do INPAD afirma que “[...]. Nós temos aí um amadorismo das políticas federais que é incompatível com a dimensão do problema”.

As imagens corroboram com o sentido de incapacidade do Estado enfatizada no discurso, pois as cenas que cobrem as falas das figuras de autoridade são de usuários consumindo *crack*, vagando, perambulando pelas ruas das localidades. Nenhum usuário é mostrando durante um tratamento, nenhum programa ou rede é mostrada durante seu funcionamento efetivo.

A reportagem esclarece que, em 2011, o governo anunciou um programa de combate ao *crack* com o aporte de R\$ 4 bilhões até 2014. Até 2013, já haviam sido gastos 30% desse montante, mas a afirmação por parte do Helvécio Magalhães, secretário de atenção à saúde/Ministério da Saúde, é a de que a rede está em construção, em processo de consolidação. Ressalte-se o tom genérico dessa afirmação, porque os dados são esparsos, não há referência a lugares onde essa rede está em funcionamento, quais hospitais receberam mais leitos, onde e quais são os profissionais em atuação e resultados concretos. Após tal declaração, novamente as imagens seguem o padrão já constatado até aqui: usuários na sombra, sem nome, com voz alterada por recursos técnicos e depoimentos de vidas destruídas, arrependimentos, etc., sem, no entanto, evidenciar o alcance efetivo dessas políticas do Estado.

A série finaliza com uma declaração de teor óbvio, feita por uma conselheira tutelar de Gravati/RS, Lidiangela Maia, para quem “a

droga não é um problema da mãe do drogado, é um problema de todos, tem que haver, sim, um trabalho de conscientização, de embate e de extermínio do *crack*”.

Como os valores/sentidos compartilhados na reportagem dizem de valores socialmente relevantes: marginalidade e criminalidade

O que essas *pictures* nos dizem? O que essa narrativa enfatiza? Em que medida um gênero como série especial de reportagem – que se pretende mais profundo e denso – cumpre realmente esse papel? Ele apresenta a questão em sua complexidade? Ele traz à cena todos os agentes envolvidos na temática? Essa visibilidade “invisível” que é conferida a esses sujeitos e a seus familiares revelam um lugar à margem na sociedade. Em nosso entendimento, a série não escapou de uma visão simplista acerca do assunto, não apontou para a complexidade do problema, não apresentou todos os agentes envolvidos nem indicou a necessidade de se assumir uma perspectiva multidisciplinar, já que discutir o problema, compreendê-lo e buscar encaminhamentos de possíveis soluções envolveria diversos aspectos psicológicos, socioculturais, econômicos, políticos e farmacológicos.

A série, ao nomear o *crack* como uma “praga” que se espalha por si só, empobrece a complexidade do problema e retira a responsabilidades dos agentes envolvidos na questão. A abordagem do papel e da importância das políticas públicas é fragmentada e superficial, o que reforça a ideia de que a estigmatização, e o silenciamento e a repressão são as únicas técnicas empregadas por parte dos agentes do Estado, arrastando o usuário para a marginalidade.

Contrariando as expectativas do subgênero, a série não aprofunda na temática nem mesmo sob a ótica do consumo. Ao optar por esse ponto de vista, era de se esperar uma abordagem do uso que envolvesse questões complexas, de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, dependência e aventura, solidão e abandono, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra. Contudo, o que ela nos apresenta são sujeitos invisíveis, sem voz, sem nome, sem futuro. Sujeitos que não estão no centro da narrativa, que não tomam a palavra para nos narrar seus relatos de vida e de experiência com a droga; não falam de suas dificuldades e suas razões não são postas em causa. É um sujeito à margem. É mais um elo

na cadeia da criminalidade. O que vimos foi a construção de uma imagem negativa desses sujeitos, deixando-os completamente desprotegidos em relação ao preconceito e ao estigma que se constrói sobre eles. É como se a cultura da droga fosse a cultura do estigma.

Essa televisualidade, ou esse regime do tornar visível, sem dúvida, tem conexões políticas, sociais e culturais profundas. Podemos pensar nessa questão com base nas reflexões de Jessé de Souza (2003) acerca da teoria da modernidade periférica. Em que pese o fato de Souza estar se referindo à diferença fundamental entre as sociedades modernas do centro e da periferia – para argumentar que, no centro, foi possível chegar à universalização da categoria de produtor e cidadão, na periferia do capitalismo, abriu-se um fosso moral, econômico e político entre as classes incluídas na lógica do mercado e do Estado e a “ralé” excluída, que adquire um *status* subumano – acreditamos ser possível emprestar deste autor essa categoria da “ralé” que engloba parcelas marginalizadas da população, sujeitos destituídos de sua condição humana, identificados por um *habitus* precário (Souza, 2003, p. 165-167, 173). O que vimos em tela foi o verdadeiro descarte desses sujeitos por meio de uma visibilidade que não faz outra coisa a não ser comprovar sua total incapacidade de viver dignamente, pois sequer têm rosto ou voz.

A televisualidade nos mostra como a televisão participa dessa representação e dessa posição de sujeito conferida a esses usuários. E essa representação, na medida em que revela visões de mundo que tanto explicam como valoram quanto reproduzem uma dada realidade, está calcada na cultura e é criada por práticas e discursos, historicamente constituídos, os quais mobilizam regras morais, exercícios de poder, estratégias econômicas, modos de ver e linguagens que organizam a sensibilidade, orientações valorativas e experiências de sociabilidade. É nesse sentido que conduzimos nossa análise, pois pensar “a cultura das drogas”, os significados que circulam a seu respeito abre-nos a possibilidade de construir um pensamento crítico sobre as sociedades em que esse fenômeno acontece.

Contudo, do ponto de vista da posição de sujeito oferecida ao consumidor, essa não é a única narrativa possível. Esse não é o único relato que dá conta desses sujeitos e de seus lugares na estrutura social. É possível pensar em outras formas de narrar e em outras posições para esses sujeitos, que os conceda outra visi-

bilidade. Retomando os pressupostos e o lugar da televisão dos quais partimos neste texto, se a televisão produz e reproduz a vida social, se ela está em mútua afetação com a sociedade², muito de sua contribuição poderia ser a de ampliar o debate, oferecer opiniões e pontos de vista mais complexos e matizados, que tanto desafiam quanto complementam de modo crítico os discursos médicos, farmacológicos, policiais e religiosos que dominam a discursividade social que geram conhecimento sobre o tema.

Referências

- BECKER, B.; BUSTAMANTE, C.G. 2009. The past and the future of Brazilian television news. *Journalism*, **10**(1):45-68.
<http://dx.doi.org/10.1177/1464884908098320>
- BOTELHO, I. 2001. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, **15**(2):73-83.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>
- CARLÓN, M. 2012. *Do Cinematógrafo ao televisivo: Metatelevisão, linguagem e temporalidade*. São Leopoldo, Unisinos, 240 p.
- CEVASCO, M.E.B.P.S. 2003. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo, Boitempo, 192 p.
- CHARAUDEAU, P. 2010. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: E. MENDES; I.L. MACHADO (org.), *As emoções no discurso*. Campinas, Mercado de Letras, vol. II, p. 23-56.
- COUTINHO, I.M. 2012. *Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV*. Rio de Janeiro, Mauad X, 248 p.
- COUTINHO, I. 2008. Séries de reportagem em televisão: Reflexão sobre um possível Telejornalismo interpretativo. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXI, Natal, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0588-2.pdf>. Acesso em: 20/07/2012.
- FISCHER, R.M.B. 2006. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. 3ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, 158 p.
- FRANÇA, V. 2009. A televisão porosa - Traços e tendências. In: J. FREIRE FILHO (org.), *A TV em transição*. Porto Alegre, Sulina, p. 27-52.
- FREIRE FILHO, J. 2006. O debate sobre a qualidade da televisão no Brasil: da trama dos discursos à tessitura das práticas. In: G. BORGES; V. REIA-BAPTISTA (org.), *Discursos e práticas de qualidade na televisão*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 78-99.
- GEERTZ, C. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 224 p.
- GOMES, I. 2011. Metodologia de Análise do Telejornalismo. In: I. GOMES, *Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo*. Salvador, UFBA, p. 17-47.
- GUTMANN, J.F. 2012. O que dizem os enquadramentos de câmera no telejornal? Um olhar sobre formas audiovisuais contemporâneas do jornalismo. *Brazilian Journalism Research* **8**:64-79.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. 2005. *Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais de jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto, Porto Editora, 302 p.
- MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. 2001. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo, Ed. do SENAC, 182 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2006. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 5ª ed., 360 p.
- MITCHELL, J.W. 2005. *What the pictures want?* London, The University of Chicago, 412 p.
- ROCHA, S.M. 2013. A narrativa de O Astro e o baixo quociente de informação redundante. In: GT de Estudos de Televisão do XXII Encontro Anual da Compós, Salvador, 2013. *Anais...* 1:1-16.
- ROCHA, S.M.; ALBUQUERQUE, C.A.; OLIVEIRA, R.C. de. 2008. Qual é a 'cara' da cultura brasileira apresentada pelo Jornal Nacional? O gênero televisivo como estratégia de enunciação. In: Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura, 1º Colóquio em Comunicação e Sociabilidade, Minas Gerais, 2008. *Anais...* UFMG, 1:1-15. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispop/ROCHA_simone.pdf. Acesso em: 20/07/2012.
- SCOLARI, C. 2001. La isla de Lost: una isla transmediática. Disponível em: <http://www.librosdecine.com.ar/2011/05/24/una-isla-transmediatica-lost-perdidos>. Acesso em: 10/06/2011.
- SHAW, C. 2003. TV news: why more is less. *British Journalism Review*, **14**, Ano 2. p. 58-64.
- SILVERSTONE, R. 1994. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires, Amirrortu editores, 320 p.
- SIMÕES, J.A. 2008. Prefácio. In: B.C. LABATE; S.L. GOULART; M.F. FIORE; E. MACRAE; H. CARNEIRO (orgs.), *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador, EDUFBA, p. 13-21.
- SOUZA, J. 2003. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, UFMG, 212, p.
- VIZEU, A. 2009. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista Famecos*, Porto Alegre, **40**:77-83.
- ZALUAR, A. 2004. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV, 438 p.
- WILLIAMS, R. 1994. *Sociologia de la cultura*. Barcelona, Paidós, 82 p.

Submetido: 29/06/2015

Aceito: 14/09/2015

² Simões (2008, p. 17) comenta que "não deixa de ser intrigante que as ciências sociais no Brasil deem relativamente pouca atenção à problemática das "drogas". Esse não parece ser um tema de pesquisa plenamente legitimado no âmbito das ciências sociais entre nós. No momento em que escrevemos estas linhas, nenhuma das grandes associações brasileiras que congregam pesquisadores em antropologia, sociologia ou ciência política mantém grupos de trabalho regulares em torno da questão".